

RELATÓRIO DE INVESTIMENTO/JULHO-2019
COMITE DE INVESTIMENTOS – Resolução DE nº 08, de 30 de julho de 2018

1 - RETROSPECTIVA

Sem dúvida, a grande notícia do fim do mês de junho/2019 foi a conclusão do acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Tendo sido iniciadas há 20 anos, as negociações foram interrompidas em 2004 e relançadas em 2010, até que na última sexta-feira foi concluída a parte comercial do acordo, que eliminará as tarifas de importação de mais de 90% dos produtos negociados entre os dois blocos.

Assim, os países do Mercosul e da União Europeia formarão uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Juntos os dois blocos representam cerca de 25% da economia mundial e um mercado de 780 milhões de pessoas.

Para o Brasil, segundo estimativa do Ministério da Economia, o acordo poderá gerar aumento do PIB de até R\$ 125 bilhões em quinze anos e considera a redução das barreiras não-tarifárias e o incremento esperado na produtividade total dos fatores de produção. O presidente espera que o Congresso brasileiro seja um dos primeiros a aprovar o acordo.

Quanto à reforma da Previdência, a Câmara dos Deputados cancelou a reunião da comissão especial agendada para dia 27 do mês anterior, em que o relator iria apresentar nova versão da proposta. Nesta semana, início do mês de julho/2019, o partido do presidente irá decidir se vai ou não apresentar destaques na votação do relatório, que deverá ser apresentado pelo relator no dia seguinte.

Em relação à economia internacional, merece destaque a reunião do G-20 realizada neste último final de semana, sendo que o principal fato acabou sendo o encontro entre o presidente americano e o chinês, em que uma nova trégua na guerra comercial entre os dois países foi anunciada, permitindo a retomada das negociações.

Na zona do euro, a estimativa inicial da agência Eurostat apontou que a inflação anual do consumidor em junho foi de 1,2%, a mesma do mês de maio, resultado que continua muito abaixo da meta de 2% do BCE.

Nos EUA, de acordo com a última estimativa, o PIB do primeiro trimestre de 2019 cresceu a uma taxa anual de 3,1%, com as despesas dos consumidores, que representa dois terços da atividade econômica do país crescendo 0,5%, o menor aumento do último ano.

Para os mercados de ações internacionais, o fim do mês anterior foi mais de altas. Enquanto o Dax, índice da bolsa alemã subiu 1,70% e o FTSE-100, da bolsa

inglesa 0,24%, o índice S&P 500, da bolsa norte-americana recuou 0,29% e o Nikkey 225, da bolsa japonesa avançou 2,22%.

Em relação à economia brasileira, o IPC-S teve deflação de 0,02% em junho, depois de ter subido 0,22% em maio. Já o IGP-M acelerou para 0,80% em junho, depois de ter subido 0,45% no mês anterior.

Quanto ao IPCA-15, a alta de 0,06% em junho foi a mais baixa para o mês desde o ano de 2006, quando recuou 0,15%. No acumulado de doze meses a desaceleração foi 4,93% até maio, para 3,84% até junho.

Conforme o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil foi de 12,3% no trimestre encerrado em maio, abaixo dos 12,4% do trimestre encerrado em abril. O número de desempregados era de 12,98 milhões de pessoas.

Em relação a ata da última reunião do Copom, foi reforçada a ideia de que a inflação pode ficar em torno da meta neste ano, em um cenário de taxa básica de juros mais baixa que os atuais 6,50% ao ano.

Para a bolsa brasileira, o Ibovespa finalizou o mês com variação acumulada no ano para 14,88% e a de doze meses para 38,76%. O dólar, por sua vez, subiu 1,01% na última semana do mês anterior e o IMA-B Total subiu 0,75%.

2 - RELATÓRIO DE MERCADO - FOCUS

No Relatório Focus de 28 de junho, a média dos economistas que militam no mercado financeiro estimou que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subirá 3,80% em 2019. Para 2020 a estimativa é de que suba 3,91%.

Para a taxa Selic, o relatório informou que, no fim de 2019 a taxa Selic estará em 5,50% e em 2020 em 6,00%.

Já para o desempenho da economia previsto para este ano, o mercado estimou a evolução do PIB em 0,85%. Para 2020 a estimativa é que o PIB cresça 2,20%.




Para a taxa de câmbio, a pesquisa mostrou que a cotação da moeda americana deverá estar em R\$ 3,80 no final do ano e em R\$ 3,80 no final de 2020.

Para o Investimento Estrangeiro Direto, as expectativas são de um ingresso de US\$ 85 bilhões em 2019 e de US\$ 84,36 bilhões em 2020.



Relatório de Mercado – Focus – 28/06/19			
		2019	2020
IPCA(%)	↓	3,80	↓ 3,91
IGP-M (%)	↑	6,53	↑ 4,14
Meta Taxa de Câmbio – Fim do Período (R\$/US\$)	⇒	3,80	⇒ 3,80
Meta Taxa SELIC – Fim do Período (% a.a.)	↓	5,50	↓ 6,00
PIB (% crescimento)	↓	0,85	⇒ 2,20
Produção Industrial (% crescimento)	↓	0,71	⇒ 3,00
Balança Comercial (US\$ bilhões)	↑	50,80	⇒ 46,40
Investimento Estrangeiro Direto (US\$ bilhões)	⇒	85,00	↑ 84,36

Fonte: Banco Central

 Redução
  Estabilidade
  Elevação

3 - PROJEÇÕES

No início do mês, na zona do euro, teremos a divulgação da taxa de desemprego e das vendas no varejo em maio.

Nos EUA, teremos a divulgação das encomendas à indústria em maio e da taxa de taxa de desemprego e criação de vagas de trabalho não rural em junho.

No Brasil, serão divulgados os dados parciais de inflação e a produção industrial em maio.

No exterior, com feriado nos EUA neste início de mês, o relatório sobre o mercado de trabalho norte-americano é o dado mais importante. No Brasil o foco do mercado estará no avanço da proposta de reforma da Previdência.

Importante destacar que enxergamos o cenário internacional mais tranquilo, principalmente no que diz respeito aos impactos de uma guerra comercial EUA x China. Considerados os fundamentos macroeconômicos, continuou prevalecendo uma inflação do consumidor muito baixa nos países desenvolvidos, o que pode até possibilitar a queda dos juros norte-americanos e da zona do euro, caso a atividade econômica fraqueje.

No Brasil, tem sido indiscutível a solidez do balanço dos pagamentos no aspecto internacional por um lado, bem como a baixa inflação em uma economia ainda fragilizada por outro lado. Não foi à toa que depois de um longo período estimando a taxa Selic em 6,50% no final deste ano, o mercado, através da Pesquisa Focus houve por bem reduzir essa estimativa para 5,50% no último relatório, o que possibilita quedas




adicionais das taxas de juros praticadas nos mercados. Há que se considerar também o otimismo com o avanço das reformas.

Quanto aos cenários que norteiam as aplicações financeiras no regime de previdência complementar, aconselhamos a manutenção na exposição aos fundos de investimento em títulos públicos, especialmente para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's, e também pelos produtos de longo prazo, tais como IMA B e IMA – B5+.

Indicadores Diários – 28/06/19

Indicador	Dia (%)	Mês (%)	Ano (%)	12 meses (%)
CDI	0,02	0,40	3,07	6,39
IRF-M 1	0,04	0,58	3,32	7,25
IDKA IPCA 2 Anos	0,19	1,23	6,24	13,45
IMA-B 5	0,21	1,71	7,28	14,78
IRF-M	0,23	2,15	6,08	15,92
IRF-M 1+	0,29	2,71	8,34	19,45
IMA-B	0,43	3,73	15,20	29,04
IMA Geral	0,21	2,00	7,90	16,05
IMA-B 5+	0,57	5,05	21,12	41,23
IDKA IPCA 20 Anos	0,88	6,81	32,70	66,81
Ibovespa	0,24	4,05	14,88	42,99
S&P 500	0,57	6,69	17,34	8,96
DAX	0,53	5,73	17,42	0,40
FTSE 100	0,12	3,68	10,36	-2,57

Índices de Referência – maio/2019

Índices	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses
INPC	0,15%	2,44%	1,53%	2,59%	4,78%	6,63%
INPC + 6% a.a.	0,66%	4,94%	2,99%	5,57%	11,04%	19,70%
IPCA	0,13%	2,22%	1,46%	2,37%	4,66%	7,65%
IPCA + 6% a.a.	0,64%	4,71%	2,92%	5,35%	10,91%	20,84%



4 - ALOCAÇÃO DOS RECURSOS NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS – PREVCOM-BrC

A alocação estratégica aprovada na política de investimento vigente da entidade deverá observar as seguintes faixas de aplicação de recursos dos planos:

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	LIMITE			
	LEGAL Resolução 4661/2018	APLICAÇÃO OBJETIVO	INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	85%	80%	100%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	85%	80%	100%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal	100%	85%	80%	100%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	0%	0%	0%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20%	0%	0%	0%
Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado	20%	0%	0%	0%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	20%	0%	0%	0%
Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	0%	0%	0%
Títulos do Agronegócio (CPR CDCA CRA e Warrant Agropecuário)	20%	0%	0%	0%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto securitizadoras	20%	0%	0%	0%
Renda Variável	70%	3%	0%	3%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação em segmento especial da BM&Fbovespa	70%	3%	0%	3%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação e que não estejam em segmento especial da BM&Fbovespa	50%	3%	0%	3%
Brazilian Depositary Receipts (BDR) classificados como nível II e III	10%	3%	0%	3%
Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros	3%	3%	0%	3%
Investimentos estruturados	20%	7%	0%	7%
Cotas de fundos de investimento em participações (FIP), Multimercado (FIM) e (FICFIM)	15%	7%	0%	7%
Cotas de fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso"	15%	7%	0%	7%
Certificados de operações estruturadas (COE)	10%	7%	0%	7%
Investimentos Imobiliários	20%	5%	0%	5%
Cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário (FICFII)	20%	5%	0%	5%
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI)	20%	5%	0%	5%
Cédulas de crédito imobiliário (CCI)	20%	5%	0%	5%
Investimentos no exterior	10%	0%	0%	0%
Operações com participantes	15%	0%	0%	0%




A aplicação objetivo detalhada no quadro acima corresponde à distribuição pretendida entre os segmentos, quando o patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA – e do Plano de Benefícios GOIAS SEGURO superarem individualmente o montante de R\$ 3 milhões de reais.

Enquanto o patrimônio do Plano de Gestão Administrativa – PGA –, e do Plano de Benefícios GOIAS SEGURO não superarem individualmente o montante de R\$ 3 milhões de reais, a aplicação dos recursos garantidores deste será exclusiva na modalidade Renda Fixa, vinculado ao limite superior detalhado.

Vale destacar que os recursos gerenciados através do PGA são basicamente originários de subvenções econômicas e repasses antecipados de um patrocinador relativos a contribuições futuras que estão previstas serem realizadas conforme aumentem o número de participantes no Plano Goiás Seguro e outros que vier a patrocinar.

A subvenção ou a antecipação dessas contribuições foi negociada com o propósito de que esses recursos sejam utilizados, no momento, para suportar despesas administrativas e de implantação da Fundação. Esses repasses tem sido realizado em montantes mensais em valor atualmente, bem aproximado das despesas fixas da Fundação.

Por essa razão, grande parte dos recursos vem sendo aplicados em renda fixa de curtíssimo prazo (aplicações conservadoras), uma vez que podem ser utilizados para fazer face às despesas de manutenção da Fundação a qualquer momento.

Já quanto ao PGS, os recursos são relativos às contribuições de participantes, juntamente com seus patrocinadores, destinados ao plano de benefício. Esses recursos estão aplicados em sua grande parte em ativos de médio/longo prazos, visto que o desencaixe dos mesmos deve ocorrer quando da aposentadoria dos contribuintes ou um eventual resgate/portabilidade, desde que este segurado perca o vínculo com o patrocinador.

Por outro lado, norma legal exige que a entidade possua um serviço de custódia centralizada de suas aplicações. Entretanto, tal serviço no mercado tem custo elevado e, diante do pequeno patrimônio acumulado até o momento, tal custo ficaria muito oneroso, o que impactaria fortemente os resultados de rentabilidade.

Diante disso, para se garantir que as aplicações efetivamente estejam centralizadas, ainda que sem a contratação de um serviço de custódia centralizada, optou-se pela escolha de fundos de investimentos sob a administração de um único gestor e, nesse caso, custodiante, a Caixa Econômica Federal, a qual atualmente presta serviços como instituição financeira para movimentação de contas bancárias da Fundação.

Vale destacar que o gestor possui vários Fundos de Investimentos voltados ao público alvo abrangido por entidades fechadas de previdência

complementar, além de regimes próprios de previdência vinculados a administração pública. Tais fundos são compostos por títulos públicos e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais, o que os torna compatíveis com as orientações da política de investimento vigente.

Como já informado, tão logo os patrimônios dos planos alcancem montante expressivo de forma a compensar o custo elevado da custódia centralizada, a estratégia de diversificação em aplicações sob administração de diferentes gestores já será uma alternativa, juntamente com a aquisição direta dos títulos públicos através de corretora a ser contratada.

Desta forma, e considerando o cenário macroeconômico, projeções e avaliações dos indicadores e a política de investimento vigente da Fundação de Previdência Complementar do Estado de Goiás:

1. Os ativos do Plano de Gestão Administrativa já contabilizados continuam alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBIMA – Curto Prazo IRF M1 e Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Médio Prazo IMA B5.

JUSTIFICATIVA: O montante de ativos alocados é suficiente para descaixes de curto prazo no custeio e manutenção da entidade e seu Plano finalístico e os Fundos de Investimentos FI CAIXA BRASIL IRF M 1 TP RF e FI CAIXA BRASIL IMA B 5 TP RF LP apresentaram nos últimos 12 meses rentabilidade acima do índice de referência para o segmento Renda Fixa, no caso 100% do CDI. (vide gráfico 1)

2. Os ativos do Plano Goiás Seguro já contabilizados serão alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBIMA – Curto Prazo IRF M1; Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Médio Prazo IMA B5 e Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Longo Prazo IMA B e IMA B5+.

JUSTIFICATIVA: O montante de ativos alocados é suficiente para descaixes em virtude da desfiliação de contribuintes em adesão automática, uma vez que é facultado o período de 90 dias para resgate total dos recursos capitalizados da data da inscrição, balanceamento os ativos para uma taxa interna de retorno maior no médio prazo, além da justificativa sobre o valor da rentabilidade relatada no item 1.

3. Os ativos do Plano de Gestão Administrativa a serem contabilizados no mês corrente serão alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Curto Prazo IRF M1.

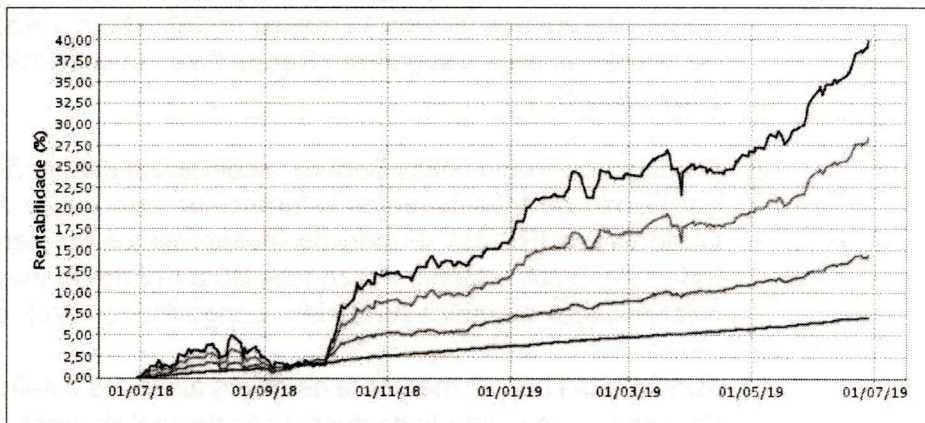
JUSTIFICATIVA: Em virtude de descaixe para pagamento de despesas referentes ao custeio e manutenção da entidade para o exercício de 2019, e a possibilidade alerta de revisão dos repasses a título de subvenção econômica, intenciona-se garantir os ativos do PGA em produtos de curto prazo, além da justificativa sobre o valor da rentabilidade relatada no item 1.

- Os ativos do Plano Goiás Seguro a serem contabilizados no mês corrente serão alocados em Fundo de Investimentos referenciados ao índice AMBINA – Médio Prazo IMA B5.

JUSTIFICATIVA: Balanceamento os ativos para uma taxa interna de retorno maior no longo prazo, visto que o montante de ativos já alocados é suficiente para descaixes de curto e médio prazos. Também, intenciona-se começar o equilíbrio da carteira de renda fixa para produtos indicados para o longo prazo, além da justificativa sobre o valor da rentabilidade relatada no item 1.

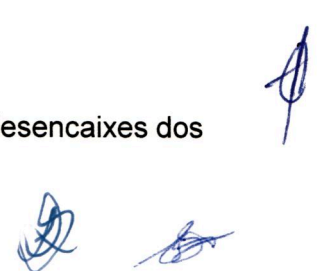
Gráfico 1

Relatório no período de 01/07/2018 até 30/06/2019



ATIVO	RETORNO (%)	VOL. (A.A)	SHARPE	PATRIMÔNIO	%CDI	RESGATE (*)	AP. MIN.	INÍCIO (%)	ÚLT. 12M (%)	ACUM. ANO (%)	MÊS ANT. (%)
CAIXA FI BRASIL IMA B 4+ TP RF LP	39,8207	9,0613	0,2172	R\$ 2.779.363.849,59	631,7688	D+0	R\$ 1.000,00	136,9141	31,7934	20,7967	5,1284
FI CAIXA BRASIL IMA B 3 TP RF LP	14,4855	2,4428	0,1927	R\$ 9.928.411.978,49	226,9259	D+0	R\$ 1.000,00	179,8154	13,0276	7,1679	1,3703
FI CAIXA BRASIL IMA B TP RF LP	28,5370	5,4923	0,2203	R\$ 11.442.831.147,38	451,6146	D+0	R\$ 1.000,00	215,3186	23,5117	15,0839	3,6334
FI CAIXA BRASIL IRF M 1 TP RF	7,6926	0,3260	0,1418	R\$ 14.868.908.127,11	112,3045	D+0	R\$ 1.000,00	142,6945	7,6165	3,2310	0,9812

Ao final do período mensal, considerando os encaixes e descaixes dos planos de benefícios, objetiva-se:



1. No PGA, ter alocado em torno de 50% do valor financeiro dos ativos distribuídos nos produtos de renda fixa de médio e curto prazo.
2. No PGS, ter alocado um ponto médio de 95% do valor financeiro dos ativos no Fundo de Investimento de maior prazo (médio e longo) e a diferença nos ativos de curto prazo.

Goiânia, 01 de julho de 2019.



Fausto Pontes Cruz

Membro Comitê de Investimento



Murilo Luciano Souza Barbosa

Diretor de Investimentos - AETQ



Leandro dos Santos

Membro Comitê de Investimento